

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Apresentação à Quarta Edição</i> .....	XVII
<i>Apresentações à Terceira e à Segunda Edições</i> .....	XVII
<i>Apresentação</i> .....	XIX
<b>Capítulo I – Estado</b> .....	1
1.1. Território .....	2
1.2. Povo .....	3
1.3. Governo .....	3
1.4. Origem e justificação do Estado .....	4
1.5. O Estado Moderno .....	9
1.6. O Estado Liberal e o Estado Social .....	10
1.7. Globalização .....	11
<b>Capítulo II – Poder Constituinte</b> .....	13
2.1. Poder Reformador .....	15
2.2. Poder Decorrente e suas limitações .....	16
2.3. Modificação pela mutação constitucional .....	21
<b>Capítulo III – Constituição</b> .....	25
3.1. Sistemas constitucionais .....	27
3.1.1. Sistema inglês .....	28
3.1.2. Sistema francês .....	29
3.1.3. Sistema norte-americano .....	30
3.2. Neoconstitucionalismo .....	31
3.2.1. O papel dos direitos fundamentais no neoconstitucionalismo .....	32
3.3. Visão sociológica da Constituição .....	34
3.4. Visão jurídica da Constituição .....	35
3.5. Visão política da Constituição .....	36
3.6. Características da Constituição .....	37
3.7. Classificações das Constituições .....	39
3.7.1. Quanto ao conteúdo .....	40
3.7.1.1. Constituição material .....	40
3.7.1.2. Constituição formal .....	40
3.7.2. Quanto à origem .....	41
3.7.2.1. Constituição promulgada .....	41
3.7.2.2. Constituição outorgada .....	42
3.7.3. Quanto à forma .....	42
3.7.3.1. Constituição costumeira .....	42
3.7.3.2. Constituição escrita .....	43
3.7.4. Quanto à estabilidade .....	43
3.7.4.1. Constituição rígida .....	43
3.7.4.2. Constituição flexível .....	43

3.7.4.3. Constituição semi-rígida . . . . .	43
3.7.4.4. Constituição imutável . . . . .	44
3.7.4.5. Constituição fixa . . . . .	44
3.7.5. Quanto à extensão. . . . .	44
3.7.5.1. Constituição sintética . . . . .	44
3.7.5.2. Constituição analítica . . . . .	45
3.7.6. Quanto ao modo de elaboração. . . . .	45
3.7.6.1. Constituição dogmática . . . . .	45
3.7.6.2. Constituição histórica. . . . .	45
3.8. Outros tipos de classificações . . . . .	45
3.9. Diferenciação entre fonte constitucional formal e material . . . . .	47
3.10. Histórico das Constituições brasileiras . . . . .	48
3.10.1. Constituição de 1824. . . . .	48
3.10.2. Constituição de 1891. . . . .	50
3.10.3. Constituição de 1934. . . . .	50
3.10.4. Constituição de 1937. . . . .	51
3.10.5. Constituição de 1946. . . . .	52
3.10.6. Constituição de 1967/1969 . . . . .	53
3.10.7. Constituição de 1988. . . . .	55
3.10.8. A Constituição de 1988 e seu papel dirigente . . . . .	56
3.11. Interpretação constitucional . . . . .	57
3.11.1. Necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição . . . . .	58
3.11.2. Peculiaridades da interpretação constitucional . . . . .	59
3.11.3. Inicialidade da Constituição . . . . .	60
3.11.4. Conteúdo político . . . . .	61
3.11.5. Linguagem em forma sintética . . . . .	61
3.11.6. Predominância das normas de estrutura na Constituição . . . . .	62
3.11.7. Princípio da presunção de constitucionalidade das normas infraconstitucionais . . . . .	62
3.11.8. Métodos clássicos de interpretação constitucional . . . . .	63
3.11.9. Classificação da interpretação quanto à origem . . . . .	63
3.11.10. A tópica de Theodor Viehweg . . . . .	64
3.11.11. A metódica estruturante de Friedrich Müller. . . . .	65
3.12. A Constituição analisada sob um aspecto sistêmico . . . . .	66
Capítulo IV – Eficácia das Normas Constitucionais. . . . .	71
4.1. Normas constitucionais de eficácia absoluta . . . . .	73
4.2. Normas constitucionais de eficácia plena . . . . .	74
4.3. Normas constitucionais de eficácia limitada . . . . .	75
4.4. Normas programáticas . . . . .	75
4.5. Normas de princípios institutivos . . . . .	77
4.6. Normas de eficácia contida . . . . .	78
Capítulo V – Aplicabilidade das Normas Constitucionais no Tempo. . . . .	81
5.1. Desconstitucionalização. . . . .	81
5.2. Repristinação . . . . .	82
5.3. <i>Vacatio constitutionis</i> . . . . .	82
5.4. Recepção das normas infraconstitucionais . . . . .	83
Capítulo VI – Preâmbulo Constitucional . . . . .	85
Capítulo VII – Princípios Fundamentais . . . . .	89
7.1. Princípios e regras . . . . .	89

7.1.1. “Conceitos jurídicos indeterminados”	92
7.2. Princípios fundamentais	93
7.3. Regime democrático	94
7.4. Formas de Estado: unitário e federal	96
7.5. Formas de governo: monarquia e república	98
7.5.1. Republicanismo	100
7.6. Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo	103
7.7. Fundamentos da República Federativa do Brasil	105
7.7.1. Soberania	105
7.7.2. Cidadania	108
7.7.3. Dignidade da pessoa humana	109
7.7.3.1. Fundamentação do princípio da dignidade humana	111
7.7.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	111
7.7.5. Pluralismo político	112
7.8. Legitimação do poder	113
7.9. Separação de poderes	114
7.10. Objetivos fundamentais	115
7.11. Princípios constitucionais internacionais	116
Capítulo VIII – Direitos Individuais e Coletivos	119
8.1. Direitos fundamentais	121
8.2. Tentativa de conceituação dos direitos fundamentais	123
8.3. Classificação dos direitos fundamentais	128
8.4. Evolução dos direitos fundamentais	129
8.5. Limitação dos direitos fundamentais e o princípio da proporcionalidade	133
8.6. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais ( <i>Drittwirkung</i> )	136
8.7. Direito à vida	137
8.7.1. Quando começa a vida humana	138
8.8. Direito à liberdade	139
8.9. Isonomia	141
8.10. Isonomia de sexo	144
8.11. Compatibilidade entre as ações afirmativas e o princípio da isonomia	145
8.12. Princípio da legalidade	148
8.12.1. Jurisprudencialização	150
8.13. Direito de resistência	152
8.14. Princípio da liberdade de locomoção	153
8.15. Princípio da liberdade profissional	153
8.16. Princípio da liberdade de pensamento	154
8.16.1. Pensamento	154
8.16.2. Direito à informação pelos órgãos públicos	155
8.16.3. Liberdade de expressão de pensamento	155
8.16.4. Restrições à liberdade de pensamento	156
8.16.5. Ressarcimento do dano	157
8.16.6. Liberdade de consciência	158
8.16.7. Liberdade de crença	159
8.16.8. Escusa de consciência	159
8.17. Direito de privacidade	160
8.18. Direito à inviolabilidade de domicílio	162
8.19. Direito de inviolabilidade de comunicação	163
8.20. Direitos coletivos	167
8.20.1. Direito de reunião	167

8.20.2. Direito de associação . . . . .	168
8.21. Direito de propriedade e sua função social . . . . .	168
8.21.1. Exceções ao direito de propriedade . . . . .	169
8.21.2. Defesa da pequena propriedade rural . . . . .	171
8.21.3. Direito à herança . . . . .	171
8.21.4. Propriedade imaterial . . . . .	171
Capítulo IX – Garantias Constitucionais Processuais . . . . .	175
9.1. Direito processual constitucional e direito constitucional processual . . . . .	175
9.2. Direito de petição . . . . .	176
9.3. Princípio da universalidade de jurisdição e princípio do acesso ao Poder Judiciário . . . . .	177
9.4. Duplo grau de jurisdição . . . . .	178
9.5. Princípio da irretroatividade mitigada . . . . .	179
9.6. Vedação de tribunais de exceção e juiz natural . . . . .	180
9.7. Soberania do Tribunal do Júri . . . . .	181
9.7.1. Garantias do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, a, b e c, da CF) . . . . .	181
9.8. Princípio da legalidade penal . . . . .	182
9.9. Crime de racismo e crimes hediondos . . . . .	183
9.10. Penas permitidas e proibidas . . . . .	185
9.11. Princípio do devido processo legal . . . . .	186
9.12. Vedação à extradição de nacionais . . . . .	189
9.13. Garantias processuais dos presos (art. 5º, XLVIII, L e LXI a LXVII, da CF) . . . . .	192
9.14. Prisão civil . . . . .	193
9.15. Direito à duração razoável do processo . . . . .	194
Capítulo X – Remédios Constitucionais, Garantias Constitucionais e <i>Writs</i> Constitucionais . . . . .	197
10.1. <i>Habeas corpus</i> . . . . .	199
10.2. Mandado de segurança . . . . .	202
10.2.1. Procedimento do mandado de segurança . . . . .	204
10.2.2. Mandado de segurança coletivo . . . . .	206
10.3. Mandado de injunção . . . . .	210
10.4. <i>Habeas data</i> . . . . .	215
10.4.1. Fase pré-processual . . . . .	217
10.4.2. Fase judicial . . . . .	217
10.5. Ação popular . . . . .	218
10.6. Ação civil pública . . . . .	220
10.6.1. Competência . . . . .	221
10.6.2. Legitimidade . . . . .	222
10.6.3. Inquérito civil . . . . .	223
10.6.4. Compromisso de ajustamento de conduta . . . . .	223
10.6.5. Coisa julgada . . . . .	224
10.6.6. Sucumbência . . . . .	224
Capítulo XI – Aplicabilidade Imediata dos Direitos e Garantias Fundamentais e o seu Caráter Exemplificativo . . . . .	225
11.1. Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais . . . . .	225
11.2. Princípio exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais . . . . .	226
11.3. A constitucionalização dos tratados e convenções internacionais . . . . .	227
11.4. A jurisdição do Tribunal Penal Internacional . . . . .	228
Capítulo XII – Direitos Sociais . . . . .	229
12.1. Definição dos direitos sociais . . . . .	231

12.1.1. Direitos individuais dos trabalhadores	233
12.1.2. Garantia de emprego	233
12.1.3. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	234
12.1.4. Seguro-desemprego	234
12.1.5. Salário mínimo	234
12.1.6. Condições dignas de trabalho e repouso e inatividade	235
12.1.7. Proteção	237
12.1.8. Estipulação da jornada de trabalho	238
12.1.9. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho	239
12.1.10. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas	239
12.1.11. Proteção em face da automação	239
12.1.12. Participação nos lucros e co-gestão	240
12.1.13. Vantagens salariais	241
12.1.14. Vedações nas relações trabalhistas	242
12.1.15. Prazo prescricional	244
12.2. <i>Entrenchment</i> dos direitos sociais	244
12.2.1. Estabelecimento dos parâmetros do <i>entrenchment</i>	248
12.2.2. Extensão do <i>entrenchment</i> . O conteúdo mínimo dos direitos fundamentais	250
12.3. Direitos coletivos dos trabalhadores	254
12.3.1. Liberdade de associação profissional ou sindical	254
12.3.2. Liberdade sindical	254
12.3.3. Liberdade de adesão sindical	255
12.3.4. Liberdade de atuação sindical	255
12.3.5. Proteção aos dirigentes sindicais	255
12.3.6. Greve	255
12.3.7. Substituição processual	257
12.3.8. Participação laboral	257
12.3.9. Representação na empresa	257
Capítulo XIII – Nacionalidade	259
13.1. Exceções ao <i>jus soli</i>	261
13.2. Formas de naturalização	262
13.3. Princípio da reciprocidade	263
13.4. Exceções à igualdade entre brasileiros natos e naturalizados	263
13.5. Outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados	264
13.6. Perda da nacionalidade do brasileiro	264
13.7. Casos de dupla nacionalidade permitidos pelo Brasil	265
13.8. Reaquisição da nacionalidade brasileira	265
13.9. Condição jurídica do estrangeiro residente no Brasil	267
13.10. Limites territoriais do Brasil para a configuração do <i>jus soli</i>	267
13.11. Língua oficial e símbolos nacionais	268
Capítulo XIV – Direitos Políticos	269
14.1. A soberania popular e a soberania da nação	269
14.2. Legitimação democrática	270
14.3. Institutos da democracia participativa	271
14.4. Representação política	273
14.5. Sistemas eleitorais	274
14.6. Alistamento eleitoral e voto	275
14.7. Condições de elegibilidade	275

14.8. Reeleição .....	276
14.9. Inelegibilidade .....	277
14.10. Elegibilidade do militar .....	279
14.11. Ação de impugnação .....	279
14.12. Perda e suspensão dos direitos políticos .....	280
14.13. Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento da <i>vacatio legis</i> .....	281
<b>Capítulo XV – Partidos Políticos .....</b>	<b>283</b>
15.1. Histórico .....	283
15.2. Criação .....	284
15.3. Princípios partidários .....	285
15.4. Quociente eleitoral .....	286
15.5. Fidelidade partidária .....	287
15.6. Processo de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária .....	290
15.7. Fidelidade partidária antes da Resolução nº 22.526/2007 .....	292
<b>Capítulo XVI – Organização Político-Administrativa .....</b>	<b>293</b>
16.1. Desmembramento dos Estados-membros e dos Municípios .....	293
16.1.1. Requisitos para o desmembramento de Estado-membro .....	294
16.1.2. Requisitos para o desmembramento de Município .....	294
16.2. Vedações aos entes federativos .....	295
16.3. Bens da União .....	295
<b>Capítulo XVII – Competência Federativa .....</b>	<b>299</b>
17.1. Competência exclusiva da União .....	301
17.2. Competência privativa .....	303
17.3. Competência comum .....	305
17.4. Competência concorrente .....	307
17.5. Competência dos Estados federados .....	309
17.5.1. Competência residual .....	309
17.5.2. Competência de organização administrativa .....	309
17.6. Bens dos Estados-membros .....	310
17.7. Organização política dos Estados-membros .....	310
17.8. A estrutura constitucional dos Municípios .....	311
17.9. Competência municipal .....	313
17.10. Organização política dos Municípios .....	316
17.11. Fiscalização municipal .....	319
17.12. Distrito Federal .....	320
17.13. Territórios .....	321
<b>Capítulo XVIII – Intervenção .....</b>	<b>325</b>
18.1. Intervenção estadual e municipal .....	326
18.2. Tipos de intervenção .....	327
18.3. Concretização da intervenção .....	328
18.4. Limites da intervenção federal .....	330
18.5. Natureza da intervenção .....	331
18.6. Motivos da intervenção nos Estados .....	331
18.7. Motivos da intervenção nos Municípios .....	332
18.8. Requisitos para a decretação da intervenção .....	334
<b>Capítulo XIX – Administração Pública .....</b>	<b>337</b>
19.1. Princípios da administração pública .....	337

19.1.1. Princípio da legalidade	337
19.1.2. Princípio da moralidade	338
19.1.3. Princípio da impessoalidade	339
19.1.4. Princípio da publicidade	339
19.1.5. Princípio da eficiência	340
19.2. Investidura na administração pública	340
19.3. Direito de greve dos servidores públicos	344
19.4. Remuneração dos servidores públicos	345
19.5. Vedação de acumulação de cargo, função ou emprego público	347
19.6. Improbidade administrativa	348
19.7. Responsabilidade da administração pública	350
19.8. Regime previdenciário dos servidores públicos	351
19.9. Natureza do regime previdenciário dos servidores públicos	353
19.10. Previdência complementar	354
19.11. Aposentadoria dos futuros servidores	355
19.12. Requisitos para a aposentadoria com proventos integrais	356
19.13. Aposentadoria proporcional	358
19.14. Pedágio para a aposentadoria pela regra de transição	358
19.15. Abono de permanência	361
19.16. Novas regras das pensões	361
19.17. Teto salarial	362
19.18. Sistema previdenciário dos Estados, Municípios e Distrito Federal	365
19.19. Transição para os servidores que começaram a trabalhar mais cedo	366
19.20. Aposentadoria especial	366
19.21. Doenças incapacitantes	367
19.22. Contribuição dos inativos	367
19.22.1. Proteção parcial dos direitos adquiridos	368
19.23. A contribuição dos inativos e o direito adquirido	369
19.24. Outras inconstitucionalidades da reforma previdenciária	372
19.25. Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre contribuição previdenciária	374
19.26. Perda de cargo ou emprego público	376
19.27. Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	377
Capítulo XX – Regiões	379
Capítulo XXI – Poder Legislativo	381
21.1. <i>Quorum</i>	384
21.2. Atribuições do Congresso Nacional	385
21.2.1. Atribuição legislativa imprópria	386
21.2.2. Atribuição legislativa própria	387
21.2.3. Direito de convocação	388
21.2.4. Direito de audiência	389
21.2.5. Direito de informação administrativa	389
21.3. Atribuições da Câmara dos Deputados	389
21.4. Atribuições do Senado	390
21.5. Imunidades parlamentares e perda de mandato	392
21.5.1. Requisitos para abertura de processo contra parlamentares (imunidade formal)	395
21.5.2. Extensão da imunidade	397
21.5.3. Impedimentos dos parlamentares	398
21.5.4. Perda do mandato	398
21.5.5. Investidura, pelos parlamentares, em outros cargos	400

21.5.6. Licenças .....	401
21.6. Reunião .....	401
21.6.1. Sessões extraordinárias .....	403
21.6.2. Sessões conjuntas .....	403
21.7. Comissão representativa .....	405
21.8. Comissões .....	405
21.9. Comissões Parlamentares de Inquérito .....	406
21.9.1. Princípio da colegialidade .....	409
<b>Capítulo XXII – Processo Legislativo .....</b>	<b>411</b>
22.1. Da não-existência de hierarquização no art. 59 da CF. ....	412
22.2. Emendas constitucionais .....	414
22.2.1. Limites materiais. ....	414
22.2.2. Limites temporais .....	417
22.2.3. Limites circunstanciais .....	417
22.2.4. Procedimento das emendas .....	419
22.3. Leis complementares .....	421
22.4. Leis ordinárias. Procedimento ordinário .....	422
22.5. Procedimento sumário .....	430
22.6. Procedimento sumaríssimo .....	431
22.7. Procedimento legislativo abreviado. ....	431
22.8. Procedimento legislativo concentrado. ....	431
22.9. Procedimento legislativo especial .....	431
22.10. Leis delegadas .....	432
22.11. Medidas provisórias .....	433
22.11.1. Medidas provisórias editadas por governadores .....	440
22.12. Lei federal e lei nacional .....	441
22.13. Decretos legislativos e resoluções .....	441
22.14. Tratados internacionais .....	442
22.15. Leis orçamentárias .....	444
<b>Capítulo XXIII – Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária .....</b>	<b>447</b>
<b>Capítulo XXIV – Poder Executivo .....</b>	<b>453</b>
24.1. Competência do Presidente da República .....	455
24.2. Ministros de Estado .....	458
24.3. <i>Impeachment</i> .....	458
24.3.1. Histórico .....	458
24.3.2. Crimes de responsabilidade .....	460
24.3.3. Crimes comuns .....	461
24.3.4. Procedimento nos crimes de responsabilidade .....	461
24.3.5. Procedimento nos crimes comuns. ....	463
24.3.6. Sanção. ....	464
24.3.7. Responsabilidade relativa do Presidente da República. ....	464
24.3.8. Competência do STF para julgamento dos crimes comuns .....	465
24.3.9. Competência do STJ para julgamento dos crimes comuns. ....	465
<b>Capítulo XXV – Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. ....</b>	<b>467</b>
25.1. Conselho da República .....	467
25.2. Conselho de Defesa Nacional .....	468



Capítulo XXVI – Poder Judiciário .....	471
26.1. Estrutura do Poder Judiciário .....	471
26.2. Obrigatoriedade de três anos de exercício de atividades jurídicas .....	476
26.3. Introdução de parâmetros objetivos de aferição por merecimento .....	478
26.4. Recusa do juiz mais antigo .....	480
26.5. Impedimento de promoção .....	480
26.6. Critérios de acesso aos tribunais de segundo grau .....	481
26.7. Cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados .....	482
26.8. Obrigatoriedade de residência na comarca .....	482
26.9. Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados .....	483
26.10. Publicidade dos julgamentos e eleição para a composição do Órgão Especial .....	484
26.11. Agilização da prestação jurisdicional .....	487
26.12. Quinto constitucional nos tribunais .....	489
26.13. Juizados Especiais e Justiça de Paz .....	490
26.14. Autonomia do Poder Judiciário .....	491
26.15. Supremo Tribunal Federal .....	492
26.16. Extensão dos efeitos vinculantes da decisão .....	497
26.17. Súmula vinculante .....	498
26.18. Súmulas vinculantes publicadas pelo Supremo Tribunal Federal .....	501
26.19. Controle “externo” do Poder Judiciário .....	502
26.20. A constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça .....	505
26.21. A Resolução nº 7, do Conselho Nacional de Justiça .....	505
26.22. Superior Tribunal de Justiça .....	506
26.23. Recurso extraordinário e recurso especial .....	510
26.24. Repercussão geral dos recursos extraordinários .....	512
26.25. Tribunais Regionais Federais e juízes federais .....	514
26.25.1. Julgamento de crimes contra direitos humanos pela Justiça Federal .....	517
26.26. Tribunais e juízes do trabalho .....	518
26.26.1. Regulamentação do Superior Tribunal do Trabalho .....	518
26.26.2. Criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho .....	520
26.26.3. Varas da Justiça do Trabalho .....	520
26.26.4. Competência da Justiça do Trabalho .....	521
26.26.5. Tribunais Regionais do Trabalho .....	529
26.27. Tribunais e juízes eleitorais .....	530
26.28. Tribunais e juízes militares .....	532
26.29. Tribunais e juízes dos Estados .....	534
26.30. Precatórios .....	535
Capítulo XXVII – Jurisdição Constitucional .....	541
27.1. Conceito de jurisdição .....	541
27.2. Classificação da jurisdição .....	542
27.3. Definição de jurisdição constitucional .....	544
27.4. Natureza da jurisdição constitucional .....	545
27.5. Função da jurisdição constitucional .....	547
Capítulo XXVIII – Controle de Constitucionalidade .....	551
28.1. Fundamentação .....	551
28.2. Natureza do ato declarado inconstitucional .....	553
28.3. Histórico .....	554
28.4. Retrospectiva do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras .....	556
28.5. Órgãos de controle de constitucionalidade .....	558

28.6. Tipos de inconstitucionalidade. ....	560
28.7. Momentos de incidência do controle de constitucionalidade ....	564
28.8. Controle das normas constitucionais no tempo ....	567
28.9. Extensão da inconstitucionalidade. ....	568
28.10. Ação direta de inconstitucionalidade – ADIn ....	569
28.11. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. ....	572
28.12. Ação declaratória de constitucionalidade – ADC ....	578
28.13. Ação direta interventiva. ....	581
28.14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF. ....	583
28.14.1. Competência ....	585
28.14.2. Inovações ....	585
28.14.3. Procedimento ....	586
28.14.4. Princípio da subsidiariedade ....	589
28.14.5. Analogia com o recurso constitucional alemão ....	591
28.14.6. Incidente de constitucionalidade e a sua inconstitucionalidade ....	592
28.15. Controle difuso ou por via de exceção. ....	594
28.16. Modulação de efeitos em sede de controle difuso. ....	599
28.17. O controle difuso e a reserva de plenário. ....	600
28.18. Controle de constitucionalidade em nível estadual e municipal ....	602
28.19. Interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto. .	604
28.20. Procedimento do sistema concentrado de controle de constitucionalidade. Lei nº 9.868/1999 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade). ....	606
28.21. Modulação de efeitos em sede de controle difuso. ....	613
28.22. Bloco de constitucionalidade. ....	614
28.23. Inconstitucionalidade da coisa julgada ....	617
<b>Capítulo XXIX – Funções Essenciais à Justiça</b> ....	621
29.1. Ministério Público ....	621
29.1.1. Natureza do Ministério Público ....	623
29.1.2. Princípios institucionais (art. 127, § 1º, da CF) ....	624
29.1.2.1. Unidade ....	624
29.1.2.2. Indivisibilidade ....	625
29.1.2.3. Independência funcional ....	625
29.1.3. Garantias ....	626
29.1.3.1. Vitaliciedade. ....	626
29.1.3.2. Inamovibilidade. ....	627
29.1.3.3. Irredutibilidade de subsídios ....	627
29.1.4. Vedações ....	627
29.1.5. Autonomia administrativa e funcional ....	628
29.1.6. Autonomia financeira e proposta orçamentária do Ministério Público. ....	629
29.1.7. Provimento ....	630
29.1.8. Funções institucionais. ....	630
29.2. Controle “externo” do Ministério Público. ....	631
29.3. Advocacia pública ....	633
29.4. Advogados ....	635
29.5. Defensoria Pública. ....	637
29.6. Autonomia da Defensoria Pública ....	639
<b>Capítulo XXX – Estado de Excepcionalidade Legal</b> ....	641
30.1. Histórico. ....	642
30.2. Estado de defesa. ....	643

30.3. Motivos para a instalação do estado de defesa .....	644
30.4. Medidas do estado de defesa .....	644
30.5. Estado de sítio .....	645
30.6. Motivos para a instalação do estado de sítio .....	646
30.7. Medidas do estado de sítio .....	647
30.8. Disposições gerais do estado de sítio e de defesa .....	648
Capítulo XXXI – Forças Armadas .....	649
Capítulo XXXII – Segurança Pública .....	655
Capítulo XXXIII – Sistema Tributário Nacional .....	659
33.1. Princípios gerais .....	659
33.1.1. Conceito de tributo .....	659
33.1.2. Espécies de tributos .....	660
33.1.2.1. Impostos .....	660
33.1.2.2. Taxas .....	661
33.1.2.3. Contribuição de melhoria .....	661
33.1.3. Capacidade contributiva .....	662
33.1.4. Regulamentação através de lei complementar .....	662
33.1.5. Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte .....	663
33.1.6. Arrecadação no Território Federal .....	663
33.1.7. Empréstimo compulsório .....	664
33.1.8. Contribuições .....	664
33.2. Limitações ao poder de tributar .....	666
33.2.1. Princípio da legalidade tributária .....	666
33.2.2. Princípio da isonomia .....	666
33.2.3. Princípio da irretroatividade .....	667
33.2.4. Princípio da anterioridade .....	667
33.2.5. Princípio da noventena .....	668
33.2.6. Princípio da proibição de confisco .....	668
33.2.7. Liberdade de tráfego .....	669
33.2.8. Imunidade tributária .....	670
33.2.8.1. Imunidade recíproca .....	670
33.2.8.2. Imunidade dos templos de qualquer natureza .....	671
33.2.8.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos .....	671
33.2.8.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão ..	672
33.3. Exoneração tributária .....	672
33.4. Substituição tributária .....	672
33.5. Vedações à União .....	673
33.6. Vedação de diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza .....	673
33.7. Impostos da União .....	674
33.7.1. Imposto de importação e exportação sobre comércio exterior .....	674
33.7.2. Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza .....	674
33.7.3. Imposto sobre Produtos Industrializados .....	675
33.7.4. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF .....	675
33.7.5. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural .....	676
33.7.6. Imposto sobre grandes fortunas .....	677
33.7.7. Competência residual e impostos extraordinários .....	677
33.8. Impostos dos Estados e do Distrito Federal .....	677
33.8.1. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> e doação .....	677

33.8.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS .....	678
33.8.3. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA .....	679
33.9. Impostos municipais .....	680
33.9.1. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU .....	680
33.9.2. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> .....	680
33.9.3. Imposto sobre Serviços – ISS .....	681
33.10. Repartição das receitas tributárias .....	681
33.10.1. Repartição direta aos Estados e ao Distrito Federal .....	682
33.10.2. Repartição direta aos Municípios .....	682
33.10.3. Repartição indireta por parte da União .....	682
33.10.4. Vedação de retenção .....	683
Capítulo XXXIV – Finanças Públicas .....	685
34.1. Normas gerais .....	685
34.2. Leis orçamentárias .....	687
34.3. Procedimento de confecção das leis orçamentárias .....	689
34.4. Vedações às leis orçamentárias .....	690
34.5. Despesas de pessoal .....	692
Capítulo XXXV – Da Ordem Econômica e Financeira .....	695
35.1. Dos princípios gerais da atividade econômica .....	696
35.2. Intervenção do Estado na economia .....	698
35.3. O Estado como agente normativo .....	700
35.4. Prestação de serviço público por parte do Estado .....	702
35.5. Regulamentação dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica .....	702
35.6. Política urbana .....	705
35.7. Desapropriação de imóveis urbanos .....	705
35.8. Usucapião urbano .....	706
35.9. Política agrícola, fundiária e reforma agrária .....	706
35.10. Usucapião rural .....	708
Capítulo XXXVI – Sistema Financeiro Nacional .....	711
36.1. Correção da impropriedade temática .....	711
36.2. Nova estruturação do art. 192 .....	712
36.3. Modificação do art. 52 do ADCT .....	714
Capítulo XXXVII – Ordem Social .....	715
37.1. Seguridade social .....	716
37.1.1. Diversidade de financiamento .....	716
37.2. Saúde .....	718
37.3. Previdência Social .....	721
37.4. Assistência social .....	725
37.5. Educação .....	726
37.6. Cultura .....	729
37.7. Desporto .....	732
37.8. Ciência e tecnologia .....	733
37.9. Comunicação social .....	734
37.10. Meio ambiente .....	736
37.11. Família .....	740
37.12. Índios .....	743
Bibliografia .....	745